



DEU NO UOL!

Calotes da Organização Arnon de Mello ganharam destaque nacional

Fernando Collor tenta pagar dívida de R\$ 284 mi para escapar da falência

W Temos penhora de bens já autorizada nos autos, que estão em via de serem prateados [colocado para leilão] para pagar dívidas. É inevitável que, pelo passivo das empresas, algum bem vá à venda para pagar os débitos

PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO EM ALAGOAS, RAFAEL GAZZANEO



EX-PRESIDENTE PRESO

Justiça Federal determina o bloqueio de R\$ 32,6 milhões de Michel Temer



No ano passado, emedebista pediu ajuda a Maurício Quintella para escapar da cadeia

DIREITO DE RESPOSTA

Beto Hermenegildo disputa eleições em Santa Luzia do Norte com registro de candidatura deferido!



IMPRUDÊNCIA

Denúncia sobre precariedades já foi encaminhada ao Corpo de Bombeiros

Coordenador pretende transferir Ministério da Saúde em Alagoas para prédio caindo aos pedaços



BRASÍLIA

O governo federal defendia a permanência do conselho no Ministério da Justiça

Deputados alagoanos votam por retirar Coaf de Sérgio Moro



BARRA DE SANTO ANTONIO

Vereadora acusada de corrupção eleitoral tenta retornar ao cargo

Destino de Thicyane Sales será decidido dia 15 de maio

TRAGÉDIA

Sidrack Nascimento chegou a fazer testes para provar que não atirou em empresária

Promotor de Justiça é suspeito de matar a esposa com tiro na cabeça



QUEDA

Presidente do PSL-AL, Flávio Moreno, foi um dos primeiros a pedir a saída da Braskem

Mineradora anuncia suspensão das atividades em Alagoas

MARECHAL DEODORO

Ex-prefeito é conhecido pelas falcatruas contra o dinheiro público

TCE encontra "erros" em prestação de contas de Cristiano Matheus



ADEUS

Empresa terá que garantir a paralisação de poços de sal-gema de modo seguro

Braskem recebe multa de R\$ 29 milhões por mentir sobre mineração



PALAVRAS DO EDITOR

RUI QUER DINHEIRO

Após a conclusão do laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que apontou que a Braskem é a responsável pela instabilidade do solo do Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió, o prefeito Rui Palmeira deu as caras na rede social para avisar que iria processar a mineradora. O tucano só apareceu, uma vez que sempre estava ausente quando se tratava do Pinheiro, quando viu que poderia ganhar dinheiro com a situação.

Em live no Instagram, Rui que já estava tocando com a Procuradoria Geral do Município ações judiciais contra a

Braskem para os devidos ressarcimentos aos moradores dos bairros e ao município de Maceió. Apesar da empresa anunciar a suspensão dos trabalhos em Alagoas, isso não significa que a mineradora não irá lutar para diminuir o pagamento da indenização, que deve levar anos para sair.

Enquanto Rui pensa no dinheiro, moradores procuram ajuda de onde podem. Na sexta-feira, 10, O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), Tutmés Airan, afirmou que o Judiciário vai tentar construir “o melhor acordo pos-

sível” entre a Braskem e os moradores dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

O objetivo da mediação, segundo o desembargador, é dar uma solução mais rápida ao conflito e evitar a chegada de uma “demanda de massa” ao Judiciário. “Minha ideia é convencer a Braskem de abrir mão do litígio, de assumir as suas responsabilidades, de constituir um fundo que possa servir para, com transparência e honestidade, indenizar de imediato as pessoas”, afirmou o desembargador.

Enquanto uns trabalham de verdade, outros não passam de oportunistas.



SÓ PENSAM NA GRANA

Rui Palmeira se pronunciou através do Instagram no último dia 8 sobre o resultado do relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) que apontou as causas das rachaduras nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro. O prefeito disse que o município irá buscar na justiça o ressarcimento para os moradores e cofres públicos. Vindo de Rui, quem já não tem muita credibilidade com o povo alagoano, não se sabe se, de fato, isso acontecerá. Mas vamos aguardar!

BRASKEM I

Um dia após a divulgação do laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) que associou o afundamento do solo em três bairros de Maceió à extração de sal-gema pela Braskem, a petroquímica anunciou ontem a suspensão das atividades no local, com efeito cascata em outras fábricas de vinílicos. A notícia, associada ao fraco resultado do primeiro trimestre e a perspectivas pouco otimistas para o restante do ano, derrubou as ações da companhia, que perdeu R\$ 2,6 bilhões em valor de mercado, para R\$ 32,3 bilhões. As ações PNA da empresa lideraram as quedas do Ibovespa e terminaram o dia com perda de 7,4%, cotadas a R\$ 40,53, valor mais baixo em 2019.

BRASKEM II

Entre uma teleconferência e outra para comentar os números do trimestre, a Braskem informou que já deu início aos procedimentos de paralisação da exploração do sal em Maceió e, consequentemente, da produção de cloro-soda e dicloroetano nas fábricas de Pontal da Barra, bairro da capital alagoana. Até o início da noite, a produção de PVC, cujo ciclo começa justamente no sal-gema, em Marechal Deodoro (AL) e no Polo de Camaçari (BA) estava mantida - mas a companhia informou que avaliava os impactos da paralisação nessas operações.

SENADO

O senador Rodrigo Cunha quer investigar o vazamento de informações de dados do INSS. Segundo ele, idosos têm sido alvo de práticas abusivas de bancos que as abordam de forma agressiva com ofertas de empréstimos consignados. O senador alagoano teve aprovado nesta semana na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) requerimento de sua autoria para que seja realizada uma audiência pública para apurar os vazamentos.

FAMÍLIA POLÍTICA

Segundo informações que estão circulando internamente, Renato Rezende Filho (PV) poderá ter Thais Canuto como vice na eleição do ano que vem. Eles são primos legítimos. Ela é filha do ex-prefeito e ex-deputado federal Carlos Alberto Canuto (MDB), que foi candidato na última eleição contra o sobrinho. Fátima Canuto (PRTB) ajudou a reunir a família, que recentemente esteve em Recife na posse do desembargador federal Rubens Canuto, filho de Carlos Alberto, irmão de Thais, sobrinho de Fátima e primo de Renato.

JHC

Que JHC será candidato à prefeitura de Maceió no ano que vem, não é novidade para ninguém. O que é novidade é que o ex-governador Téo Vilela (PSDB) deverá ser apoiador da candidatura do deputado federal. O suplente de JHC na Câmara dos Deputados é Pedro Vilela, seu sobrinho. Com JHC prefeito, Pedro será o mais novo deputado federal.

SANTA LUZIA DO NORTE

O candidato à prefeitura Márcio Lima (PP) saiu vitorioso nas eleições suplementares. A diplomação do prefeito eleito acontece no dia 30 de maio, no Fórum Eleitoral de Santa Luzia do Norte. Foram 1.882 votos, que corresponde a 40,95% dos votos válidos. Foram registrados 73 votos em branco, 193 nulos e 888 abstenções. A Eleição Suplementar em Santa Luzia do Norte foi convocada após Edson Mateus da Silva (PRB) e José Ailton do Nascimento, o Nego da Saúde (PTC), serem afastados dos cargos por improbidade administrativa.

SANTA LUZIA DO NORTE 2

O Presidente do PSL AL Flávio Moreno apoiou Márcio Lima durante a candidatura. Segundo informações, o apoio do também político federal foi essencial para a vitória de Márcio, que já tinha disputado duas eleições para a prefeitura na cidade em alcançar êxito. Em segundo lugar, ficou Beto Hermenegildo, com 1333 votos, seguido de Juliana Matheus, com 1060.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A quantidade de passaportes diplomáticos que está sendo distribuída na Câmara dos Deputados vem chamando a atenção nos últimos dias. Foram concedidos, pelo menos, 404 passaportes entre filhos e cônjuges. O deputado federal por Alagoas, Arthur Lira (PP) é um dos parlamentares que possui seis passaportes diplomáticos. A Presidência da Casa e o Itamaraty dizem que não há irregularidades na emissão.



WADSON REGIS

ARTIGO

Paredões curtem na sofrência, o sossego do silencio

Finalmente a paz. Será? Pelo menos é o que promete o Ministério Público Estadual (MPE). Que seja assim, sem trêgua ao zum-zum-zum dos paredões.

Para se ter uma ideia do estrago que a turma dos paredões faz, basta conferir os números da central de operações da Polícia Militar. Só entre os anos de 2017 e 2019 a poluição sonora e a perturbação do sossego somaram mais de 81 mil reclamações, o equivalente a 60% das denúncias recebidas. É pouco ou quer mais? Eu quero mais... apreensões para os que não respeitarem a lei.

11 BAIXAS EM DUAS FISCALIZAÇÕES

No último final de semana entrou em ação o projeto “MP conectado com você – pertur-

bação do sossego alheio é escolha sua”. O resultado foi a apreensão de 11 paredões.

As fiscalizações contarão, sempre, com a participação de promotores, delegados, policiais civis e militares, SMTT, Detran e Guarda Municipal.

PROTESTO SILENCIOSO

Na segunda-feira os barulhentos fizeram um protesto pacífico e ordeiro. A turma lotou o estacionamento de Jaraguá e... só sofrência, na baixa, sem melodia.

As autoridades foram informadas da ação e montaram campana, mas desta vez o silêncio fez toda diferença e a festa terminou no maior sossego.

Que seja assim, de agora em diante.

É LEI

De acordo com a legislação, poluição sonora é crime previsto no artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/1998): “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”. A pena é de reclusão (condenação mais severa) de 1 a 4 anos, e multa.

Já a perturbação do sossego alheio está dentro do artigo 42 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). Ele diz que perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios, abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, acarreta em “prisão simples, de 15 dias a 3 meses, mais pagamento de multa”.



LAURENTINO VEIGA

ARTIGO

Coletânea Poética II

O poeta-escritor Macário Loureiro, natural da Terra do Menestrel das Alagoas (in memoriam), legou à posteridade seu terceiro livro intitulado Coletânea Poética II – Poemas & Crônicas – inéditas fruto de suas andanças literárias e, ao mesmo tempo, consagrou-se como vate à moda antiga.

Adquiriu, portanto, estilo próprio no fazer literário distinto. Foi, portanto, dotado de sensibilidade poética e, ao mesmo tempo, carregou a tempera de um cronista contemporâneo que denunciava a insensatez dos algozes do poder.

Como vate, versejou exaltando a figura do médico-escritor Dr. Milton Hênio, (82 anos), ícone da medicina infantil das Alagoas, sócio efetivo da Associação Alagoana de Imprensa (AAI), com relevantes serviços à medicina, bem como às letras caetés.

“Bendita a nossa Alagoas,/ E as crianças também,/ Muito feliz Maceió,/ Todos estão de parabéns./ Salve o Dr. Milton Hênio,/ Pela sua competência./ Por todos os seus predicados,/ E por sua sapiência./ É escritor renomado,/ Poeta e jornalista./ Uma cultura vasta, madura,/ Um veterano cronista./ Como homem e como médico./ É humanista e humanitário,/ Todo mundo o admira,/ Um verdadeiro escultor./

Ele possui vários títulos/ Honoríficos e honorários/ Todos por merecimento./ Como se fosse um fadário/ Admirado por todos./ Em Maceió e toda parte./ É exemplo de vida/ Pediatra é sua arte./ Deve ter nascido na Grécia./ Na região do Parnaso,/ Ele é um apóstolo do bem./ É um mito consagrado”.

Por outro lado, distinguiu a Grécia Antiga que deu inspiração ao Ocidente em termos de cultura/sabedoria universais: “Helena a bela troiana,/ Filha de Leda de Zeus./ Sua beleza imaculada./ Tinha a semelhança de Deus”.

Exalta o amor, a beleza da flor, e, principalmente, as rosas que inspiraram o inolvidável Cartola: “Toda rosa nasce bela./ Toda rosa tem odor./ Toda rosa é mimosa./ Toda rosa lembra amor”.

Deixou transparecer sua sensibilidade à criança, e, por conseguinte, eleva sua alma dando-lhe a dimensão Cristiana: “Que criança formosa,/ Junto ao seu jumentinho./ Eles são da mesma idade./ São dois irmãosinhos”.

Dir-se-ia que a velha Viçosa serviu de berço a muitos escritores, homens das letras, historiadores, médicos, a saber: general Luiz de França, Othon Correia, Firmino Maia, Demócrito Gracindo, pai do ator Paulo

Gracindo, médico José Maria de Melo, ex-presidente da Academia Alagoana de Letras, Alfredo Brandão, Apolinário Rebelo, Dr. Barreto Falcão, Otavio Brandão, Narciso Vasconcelos, Izidro Vasconcelos, Francisco Teixeira, José Tenório, Teotônio Vilela (pai), Emerson Loureiro Jatobá, Don Avelar Brandão, bispo primaz do Brasil, professor João Domingos Moreira, o Sócrates viçosense, e outros filhos que deixaram marcas indelévels que a poeira do tempo não conseguirá apagar.

Dentre as crônicas inseridas na obra em epigrafe, destacam-se: Pena de morte, Supersalários: câncer do erário público, O Homo – Sapiens, Governo e Economia, A morte da Floresta e da Fauna, Reforma Agrária, Democracia ou Anarquia? O grande desafio da Reforma Administrativa, Os Marajás e o Povo, O preço de um Herói, Atenas de Alagoas, Até Quando Catalina?, Bandeira queimada (Hino Vaiado onde vamos?, Lampião – Vilão ou Herói?, Por que a guerra?, Viagem à guerra, Máquina e Homem, Apocalipse . Tudo isso escrito com tom de crítica, bem como advertindo às autoridades atuais. Organização: Francis Lawrence.

Envie sua opinião para nossa redação através dos e-mails: artsenna10@gmail.com. Deixe a sua opinião a respeito de alguns assuntos, críticas ou sugestões. Os e-mails dos leitores serão publicados no jornal tendo em conta critérios de espaço, objectividade e pertinência dos temas.

A Notícia
Um jornal de fatos

EXPEDIENTE

O jornal A Notícia é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01, Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL – CEP 57073-470 - CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Wellington Sena
Diretor de Redação
artsenna10@gmail.com
Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

WWW.ANOTICIA.ONLINE

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

IMPRUDÊNCIA

Denúncia sobre precariedades já foi encaminhada ao Corpo de Bombeiros

Coordenador pretende transferir Ministério da Saúde em AL para prédio caindo aos pedaços



O jornal A Notícia continua com a cobrança de melhorias e reformas no prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), localizado na Rua Engenheiro Roberto Gonçalves Meneses (antiga Rua da Praia), no Centro de Maceió.

A construção está em ruínas colocando a vida de aposentados e trabalhadores em risco. Apesar da situação calamitosa, o Coordenador Geral do Núcleo Estadual de Alagoas - Ministério da Saúde, Carlos Humberto Casado de Lima, pretende mudar o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde para o prédio "abandonado". Conforme denúncia enviada por funcionários do órgão a esta redação. A notícia deixou funcionários preocupados e revoltados.

Embora o Coordenador Geral do Núcleo Estadual de Alagoas - Ministério da Saúde, Carlos Humberto Casado de Lima, tenha negado qualquer mudança e ter dito à imprensa que esperava o laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) sobre a instabilidade do solo do bairro do Pinheiro, na capital, para tomar qualquer decisão, a reportagem recebeu documentos que provam que a negociação para troca de prédios já estava em andamento.

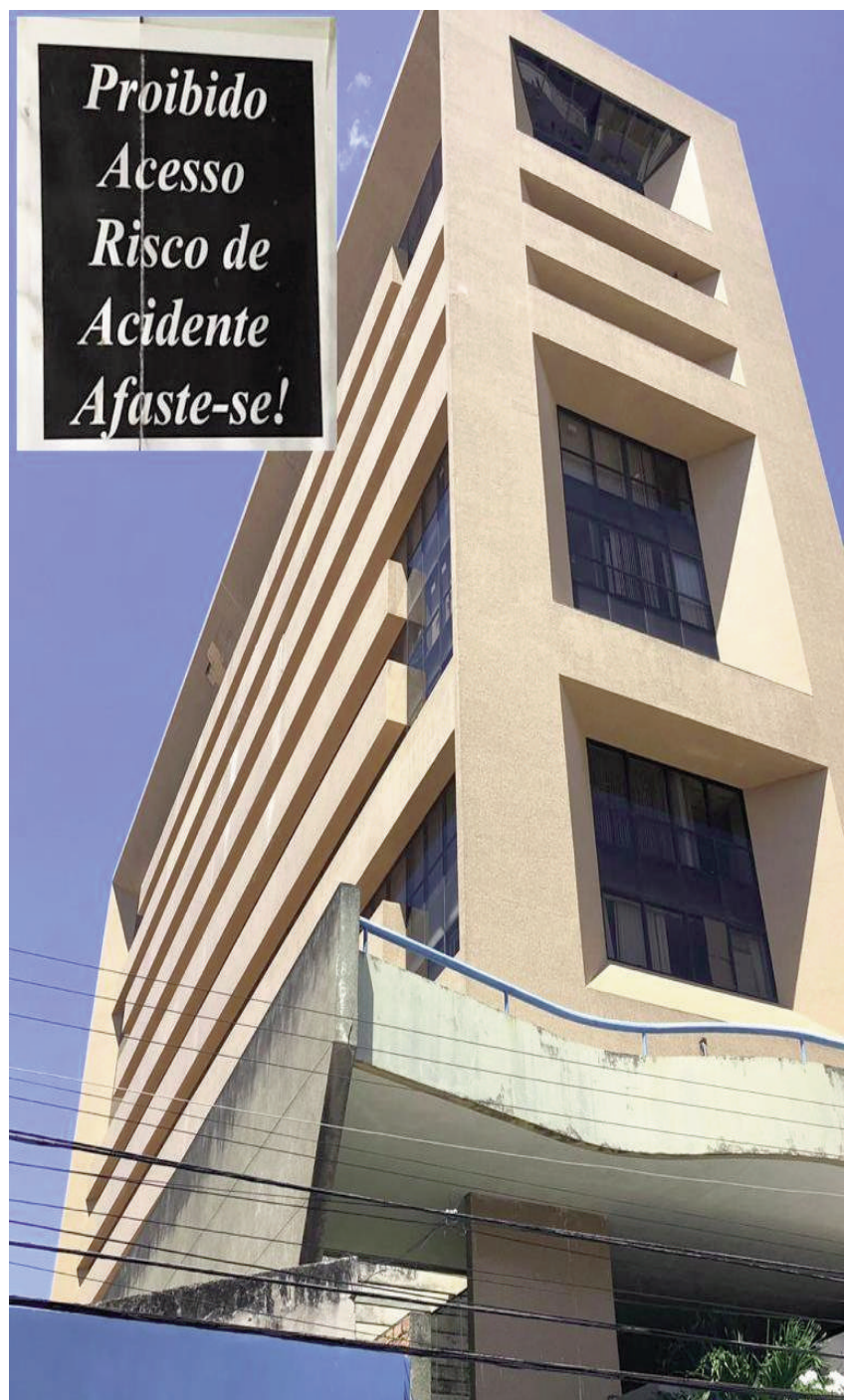
Ofício Nº 16/LOG/GEXMCO trocado entre o coordenador geral no Núcleo Estadual de Alagoas e o gerente executivo, datado do dia 17 de abril deste ano, demonstra o interesse de ocupar o primeiro andar do prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no centro de Maceió.

As irregularidades do prédio já foram enviadas para o Corpo de Bombeiros. Uma denúncia formal foi encaminhada à corporação. Entre os principais perigos do estabelecimento estão: teto em franco desabamento; fiação elétrica exposta; mangueiras de bombeiros perfuradas e sem funcionamento; portas de emergência corta fogo sem fechar; extintores vencidos desde abril de 2017; passagem interdita de escada de incêndio sem permitir escapatória de quem frequenta o prédio, tendo uma dessas escadas um cofre de mais de 500kg impedindo a passagem; piso quebrado; falta de hidrante nos andares; sistema de alarme inoperante; ausência de botão de pânico; fachadas quebradas e outras que já desabaram impingindo risco até para os que passam pela rua; e ferros de estrutura a mostra.

A denúncia foi encaminhada com cópias ao Ministério Público Federal e Estadual, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-AL), Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCUP), Sindicato dos Servidores Públicos Federais, instruída com fotos comprobatórias da situação.

Em tempos de combate a incêndios e tragédias de toda ordem, é mais do que

necessário garantir que as pessoas tenham sua integridade preservada, que trabalhem em segurança, que obtenham a proteção das entidades responsáveis a fim de sentirem-se seguras pelo atendimento das normas de segurança, o que não se pode falar do prédio em menção que se encontra deteriorado, tendo sido anotados inúmeras irregularidades. Porém, a mudança deverá acontecer em breve.



DIREITO DE RESPOSTA

Beto Hermenegildo disputa eleições em Santa Luzia do Norte com registro de candidatura deferido!

REPRESENTAÇÃO
Nº 51-60,2019.6.02.0008

O candidato Beto Hermenegildo foi gratuitamente atacado por este semanário, através de informações falsas a respeito de sua candidatura e, por este motivo, foi concedido pela Justiça Eleitoral o presente direito de resposta.

Beto Hermenegildo continua firme na disputa das eleições em Santa Luzia do Norte, sobretudo por que possui seu registro de candidatura deferido.

Especificamente sobre a ação referida na matéria, é importante deixar claro que o Ministério Público Eleitoral apenas propôs uma representação por suposta conduta vedada, quando o candidato Beto possui total confiança que não cometeu nenhum ato ilícito.

Para Beto: "há um equívoco na tese do MPE, pois a entrega dos peixes na semana santa foi baseada em Lei Municipal razão pela qual a Lei Eleitoral permite tal conduta já que, também, houve entrega de peixes em anos anteriores".

Beto diz, ainda, que trabalha sério e acredita na justiça, deixando claro que se mantém a disposição do Juiz Eleitoral e do Ministério público para responder pelos atos que legalmente cometeu.

Por fim, Beto afirma que nesta reta final continuará fazendo uma campanha limpa, apresentando suas propostas para o futuro do município de Santa Luzia do Norte e defendendo seus ideais políticos.

REPRESENTAÇÃO
Nº 48-08,2019.6.02.0008

JOSE Alberto Hermenegildo da Silva e coligação Santa Luzia no caminho Certo, vem a público apresentar direito de resposta autorizado pela justiça eleitoral, no que diz respeito a matéria veiculada pelo jornal "A NOTICIA", intitulada de BETO POLICIAL BRIGA PARA NÃO PERDE MORDOMIAS DO EXECUTIVO (DE POLICIAL A BANDIDO).

Logo de início, quando a irresponsável expressão utilizada na parte da matéria que diz "DE POLICIAL A BANDIDO", temos a responder que Jose Alberto Hermenegildo da Silva não possui qualquer condenação, pela prática de qualquer espécie de ilícito, não podendo receber a pecha de bandido por quem quer que seja, de modo que, apenas demonstra a má-fé que norteia a matéria veiculada pelo jornal "A notícia", que figura como réu na ação eleitoral que autorizou o direito de resposta e certamente irá figurar em outras demandas que serão propostas oportunamente, para evitar que atos ilícitos como estes sejam reiterados.

Na realidade se trata de confundir a cabeça do eleitorado, uma vez que, tais as mentiras contidas na matéria tentam desmoralizar o candidato a prefeito, hoje gestor deste município de Santa Luzia do Norte, Beto Hermenegildo casado, pai de três filhos, servidor público homem íntegro e de conduta ilibada, nunca



respondeu a processo judicial de qualquer ordem. Assumiu suas funções como prefeito por decisão judicial, visto que o ex-prefeito "Edson Mateus" que logrou êxito, nas eleições de 2016, foi afastada por várias irregularidades praticadas durante a campanha eleitoral, sendo impossibilitado de concorrer as eleições suplementares, por ter dado causa a anulação do referido pleito.

A bem na verdade, importante registrar que a residência atual do prefeito Beto Hermenegildo, nunca foi invadida pela Polícia Federal, como também jamais foi desviado nenhum recurso dos cofres desta Prefeitura de Santa Luzia do Norte, nos períodos em que permaneceu como gestor municipal. As operações a

que se refere a matéria foram deflagrada em virtude da investigação de ilícitos praticados pelo ex-prefeito Edson Mateus, o que demonstra claramente a tentativa de distorcer a realidade dos fatos para confundir o eleitor. É preciso ressaltar que está administração pauta pela seriedade, responsabilidade, compromisso e respeito no trato da coisa pública.

Destarte, informamos que o nosso debate foi sempre político. Difamações, insinuações e inverdades não fazem parte da nossa prática política. Se faz necessário estarmos atentos para a responsabilidade ética dos que difundem essas opiniões caluniosas ou se omitem diante das difamações que estamos sofrendo.

REPRESENTAÇÃO
Nº 50-75,2019.6.02.0008

O candidato Beto Hermenegildo foi gratuitamente atacado por este semanário, através de informações falsas a respeito de sua candidatura e, por este motivo, foi concedido pela Justiça Eleitoral o presente direito de resposta.

Beto Hermenegildo continua firme na disputa das eleições em Santa Luzia do Norte, sobretudo por que possui seu registro de candidatura deferido.

Especificamente sobre a ação referida na matéria, é importante deixar claro que o Ministério Público Eleitoral apenas propôs uma representação por suposta conduta vedada, quando o candidato Beto possui total confiança que não cometeu nenhum ato ilícito.

Para Beto: "há um equívoco na tese do MPE, pois a entrega dos peixes na semana santa foi baseada em Lei Municipal razão pela qual a Lei Eleitoral permite tal conduta".

Beto diz, ainda, que trabalha sério e acredita na justiça, deixando claro que se mantém a disposição do Juiz Eleitoral e do Ministério público para responder pelos atos que legalmente cometeu.

Por fim, Beto afirma que nesta reta final continuará fazendo uma campanha limpa, apresentando suas propostas para o futuro do município de Santa Luzia do Norte e defendendo seus ideais políticos.



UM NOME FORTE

O promotor de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça, que atualmente também exerce o cargo de procurador-geral de Justiça do estado, é um forte nome para ser lançado no próximo pleito eleitoral em 2020 para o executivo da capital. Nos bastidores o nome do procurador é sempre lembrado como uma grande surpresa no jogo pela sucessão do atual prefeito Rui Palmeira (PSDB) e vários carros em Maceió já desfilam com adesivos que fazem referência a onda do “Queremos Gaspar.”

REIVINDICAÇÃO AO GOVERNO

Dezenas de aprovados no concurso da Polícia Militar (PM) de 2017 fizeram um manifesto na porta do Ginásio do Sesi, no Trapiche da Barra. Eles aproveitaram a formatura de militares do Corpo de Bombeiros para reivindicar a convocação de 469 candidatos.



JÁ VAI TARDE

A Braskem informou que deu início ao processo de paralisação do serviço de extração de sal e da consequente paralisação das fábricas de cloro-soda e dicloretano localizadas no bairro de Pontal da Barra, em Maceió. O anúncio aconteceu um dia após a divulgação do laudo produzido depois de estudos do Serviço Geológico do Brasil sobre os bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro. O relatório apontou que a atividade da empresa na extração de sal-gema foi a causadora da instabilidade do solo na região.



FESTA ANIMADA

A Policlínica Eduardo Campos, localizada no Bairro Brasil Novo, no município de Rio Largo, realizou uma programação antecipada alusiva ao dia das mães. A ação contou com diversos serviços, entre eles, atendimento médico, palestras e sorteios de brindes. Estiveram presentes o vereador Jefferson Alexandre, Willames de Melo (ex-diretor-geral da unidade de Saúde) e demais autoridades.

SEGUE A CAMPANHA

A campanha de vacinação contra a influenza em Maceió segue imunizando o público-alvo nas unidades de saúde e postos volantes espalhados pela cidade. Até o momento, foram vacinados 44,27% dos grupos prioritários, o que equivale a pouco mais de 112 mil pessoas do total da meta preconizada pelo Ministério da Saúde (MS).

CASA CAIU!

Empresa terá que garantir a paralisação de poços de sal-gema de modo seguro

Braskem recebe multa de R\$ 29 milhões por mentir sobre mineração

As Gerências de Monitoramento e Fiscalização, Licenciamento, Assessoria Executiva e da Diretoria da Presidência do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL) se reuniram, na manhã de quinta-feira, 9, para analisar os encaminhamentos a serem dados após a apresentação do relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) sobre os problemas existentes na região dos bairros do Pinheiro, Bebedouro e Mutange.

Uma parte da reunião contou com a presença de representantes da Agência Nacional de Mineração (ANM), que possui a responsabilidade de fiscalizar o funcionamento das minas.

Os processos de concessão das licenças ambientais acontecem com a apresentação, por parte do empreendedor, de documentos técnicos específicos. A partir das informações o órgão ambiental exerce o seu papel de avaliar a documentação apresentada em relação às questões legais e técnicas envolvidas, bem como a interferência das atividades nas condições ambientais.

Em relação às atividades minerárias as autorizações passam por três entes federativos. Em âmbito federal cabe a ANM conceder e fiscalizar a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento das minas, o beneficiamento, a comercialização dos minérios e o fechamento das minas. Ao Estado cabe licenciar e fiscalizar a atividade em relação aos aspectos ambientais, aos municípios compete conceder o uso e ocupação do solo.

Os representantes da ANM que participaram de parte da reunião com os técnicos do IMA/AL apresentaram pontos



específicos, tais como as medidas que deverão ser tomadas imediatamente. Em conjunto os dois órgãos procederam, no período da tarde, com a interdição de todos os poços da Braskem.

Por parte do IMA/AL houve a interdição dos poços inseridos na Licença de Operação nº157/2016, com base na Lei Estadual 6787/2006, Decreto Federal 6514/2008 e a Lei 9605/1998.

Além da interdição, houve ainda a suspensão da Licença de Instalação dos poços 36, 37 e 38, devendo a Braskem apresentar defesa com relatório técnico circunstanciado que confronte os dados apresentados pela CPRM, no prazo máximo de 10 dias, sob pena de cancelamento definitivo.

Duas infrações classificadas como gravíssimas foram identificadas, com base nos levantamentos e na confrontação das informações apresentadas pela empresa e pelo relatório da CPRM. As infrações resultaram na emissão de dois autos de infração.

A primeira autuação no valor de R\$1.601.480,71 foi emitida pela empresa prestar informação falsa, enganosa ou omissa, demonstrando atestar a integridade das atividades de mineração de sal-gema e não ocorrência de anomalias, patologias e subsidência na região dos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

O segundo auto, no valor de R\$27.758.996,59, foi emitido por causar poluição, degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que prejudicam a segurança e o bem-estar da população, a exemplo dos abalos sísmicos registrados na região.

Além das autuações, interdições e suspensão, foram entregues ainda duas notificações para garantir a paralisação dos poços de modo seguro, sem provocar o agravamento da situação. A equipe do IMA/AL segue nos próximos dias com o monitoramento da situação, com a realização de reuniões com os órgãos envolvidos e a análise dos dados apresentados.

QUEDA

Presidente do PSL-AL, Flávio Moreno, foi um dos primeiros a pedir a saída da Braskem

Mineradora anuncia suspensão das atividades em Alagoas

O presidente do PSL, Flávio Moreno, conforme publicação nesse jornal, foi a primeira liderança de expressão no atual cenário político do Estado a pedir ainda em janeiro de 2019, a retirada da Braskem da orla de Maceió e transformação do local em um complexo hoteleiro e náutico que pode empregar milhares de pessoas.

Na verdade, Moreno foi a única liderança macro que teve coragem de pedir o fim das atividades da mineradora em Maceió. O posicionamento da empresa em Marechal Deodoro é uma alternativa, contudo, a extração do sal-gema se tornou inviável.

A lucratividade alcançada em décadas de operação devem servir para indenizar os moradores atingidos e recuperar a região. Além disso, deve-se buscar alternativas para a cadeia produtiva do setor.

No laudo da CPRM em relação ao Pinheiro ficou evidente também a responsabilidade do poder público Municipal e Estadual nos problemas enfrentados, conforme a conclusão do laudo: “Este processo erosivo é acelerado pela existência de pequenas bacias endorreicas, falta de uma rede de drenagem pluvial efetiva e de saneamento básico adequado.”

Flávio Moreno confirmou seu pedido de retirada da Braskem logo após participar da audiência pública na quarta-feira, 8, onde o laudo do CPRM - Serviço Geológico Nacional confirmou a mineração como responsável pelos processos de fissuras, rachaduras e problemas enfrentados pelos moradores do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e região. A responsabilidade do Município e do Estado não podem ser desconsiderada.



Presidente do PSL, Flávio Moreno

Durante quatro décadas houve exploração da mineração e os poderes públicos Municipal, Estadual e Federal foram omissos no mínimo em não detectar os problemas da mineração e armazenamento de cloro soda em área urbana. Em maio de 2011, um vazamento de cloro e gás na Braskem levou ao Hospital Geral do Estado (HGE), mais de 130 moradores da Barra do Pontal, em Maceió.

Os pacientes deram entrada na época com sintomas de intoxicação respiratória, dos quais muitas crianças e idosos. A explosão de um dos reservatórios de cloro e gás, produtos altamente tóxicos podem provocar um desastre pior do que os imaginados no Pinheiro e bairros adjacentes.

A inalação desses produtos impulsionados pelo vento e em contato com a mucosa das pessoas podem comprometer

a vida de centenas de milhares de maceioenses. A Braskem sabe do potencial danoso e risco da operação em área urbana. Pede a Polícia Federal que entresse no caso.

Defendo a alocação da Braskem em área não urbana de Alagoas, assim como, a recuperação dos bairros atingidos pela mineração é a melhor solução, além da indenização dos moradores. A engenharia e tecnologia é capaz de solucionar esses problemas, conforme já apontamos em Plano de Recuperação enviado ao Presidente Bolsonaro, o único presidente que priorizou a tomada de decisões em relação a situação. Continuo conversando com peritos, engenheiros e profissionais da área, tenho certeza que com seriedade e junção de forças podemos resolver a situação e atender os moradores da região, disse Flávio Moreno.

Segue a nota da Braskem:

“A Braskem iniciou o processo de paralisação da atividade de extração de sal e da consequente paralisação das fábricas de cloro-soda e dicloretano localizadas no bairro do Pontal da Barra em Maceió/AL. Além disso, a Companhia está avaliando os impactos na planta de PVC em Marechal Deodoro/AL e nas suas plantas do Polo de Camaçari/BA, uma vez que estão integradas na cadeia produtiva. A empre-

sa usará todos os padrões de segurança aplicáveis para esse processo.

Essa medida ocorre em função dos desdobramentos decorrentes da divulgação do Relatório n.1 pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM, que discute sobre as causas dos eventos geológicos que afetaram o bairro do Pinheiro. A Companhia analisará os resultados apresentados bem como as

medidas cabíveis a respeito do assunto. A Braskem vem colaborando com as autoridades na identificação das causas dos eventos com apoio de especialistas independentes. Tendo em vista o compromisso com a segurança das pessoas, a Braskem reafirma que continuará implementando as ações emergenciais na região e avaliará junto aos órgãos competentes a implementação e adoção de medidas adicionais”.

EXÉRCITO BRASILEIRO
59º BATALHÃO DE INFANTARIA
MOTORIZADO

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Chamada Pública nº 01/2019-59º B I Mtz
Processo Administrativo Nr 64106.004566/2019-23

O Batalhão de Infantaria Motorizado torna público aos interessados que se encontra instaurado processo licitatório na modalidade: Chamada Pública nº 1/2019, devendo as propostas ser entregues até as 09h 00min do dia 29 de maio de 2019 – conforme Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 17 d Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 e na resolução GGPAA nº 50, publicada no DOU de 26 de setembro de 2012. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios junto à agricultura familiar para necessidades de alimentação dos integrantes do Programa Forças no Esporte do Governo Federal – PROFESP, como também eventuais necessidades do 59 BI Mtz. Edital disponível no site: <http://www.59bimtz.eb.mil.br/index.php/aviso-de-licitacoes>.

NEWTON JOSE MEURER JUNIOR – MAJ
Ordenador de Despesas do 59º BI Mtz

BRASÍLIA

O governo federal defendia a permanência do conselho no Ministério da Justiça

Deputados alagoanos votam por retirar Coaf de Sérgio Moro

Os deputados federais Marx Beltrão (PSD) e Arthur Lira (PP) votaram pela permanência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, no Ministério da Economia, contrariando proposta do ministro da Justiça, Sérgio Moro, que queria o Conselho sob o comando da sua pasta.

No total, 14 deputados da comissão do Congresso que analisa a Medida Provisória (MP) da reforma administrativa votaram pela manutenção do Coaf no Ministério da Economia, enquanto outros 11 parlamentares votaram pela migração do Conselho para o Ministério da Justiça.

O governo e o ministro Sérgio Moro defendiam a permanência do Coaf na Justiça. O relator da MP, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), admitiu uma derrota, mas disse que o governo vai tentar negociar o texto no

Plenário da Câmara dos Deputados, para onde o texto segue agora.

"Claro que o governo vai brigar para voltar o Coaf, é a sua posição. Nós vamos brigar, mas temos que respeitar a posição contrária, nós vamos negociar".

O deputado Marcelo Freixo (Psol-RJ) havia apresentado uma emenda para a transferência do órgão, alegando que o Coaf é uma unidade de inteligência financeira que combate, entre outros crimes, a lavagem de dinheiro.

Já o deputado Marcel van Hatten (Novo-RS) defendeu a permanência do Coaf no Ministério da Justiça justamente por considerá-lo um instrumento importantíssimo de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. "O ministro Sérgio Moro [da Justiça] precisa ser saudado pelo combate à corrupção que fez enquanto juiz e vai fazer agora enquanto ministro", disse.



BARRA DE SANTO ANTONIO

Vereadora acusada de corrupção eleitoral tenta retornar ao cargo

Destino de Thicyane Sales será decidido dia 15 de maio

A carreira política da vereadora por Barra de Santo Antônio Thicyane Sales (PSL) pode estar com os dias contados. Ela, que foi eleita em 2016, já teve seu diploma cassado pela Justiça de 1º grau por compra de votos e uso de poder econômico. O esquema criminoso teve a participação da mãe da parlamentar, a secretária de Educação do município e ex-vereadora Tânia Sales. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AL) irá julgar o último recurso no dia 15 de maio.

Em março do ano passado, Thicyane Sales foi cassada e ficou inelegível por oito anos. A decisão foi proferida Juiz da 17ª Zona Eleitoral, Willamo de Omena Lopes. Ela foi a segunda mais votada na cidade com

4,48% dos votos válidos, representando 434 votos.

A denúncia na 17ª zona eleitoral foi do vereador Adalio Rios, do PTC, que teria relatado o abuso de poder econômico por captação ilícita de sufrágio. Na representação, Rios informou à Justiça que "a futura vereadora pelo Município de Barra de Santo Antônio, ora impugnada, durante o período das eleições de 2016, aliciou numerosa parcela de eleitores deste município para, em troca de dinheiro e materiais de construção- em especial tijolos e sacos de cimento, subtrair-lhes o mais valioso capital político em um regime democrático, o voto".

Na decisão, o juiz traz o depoi-

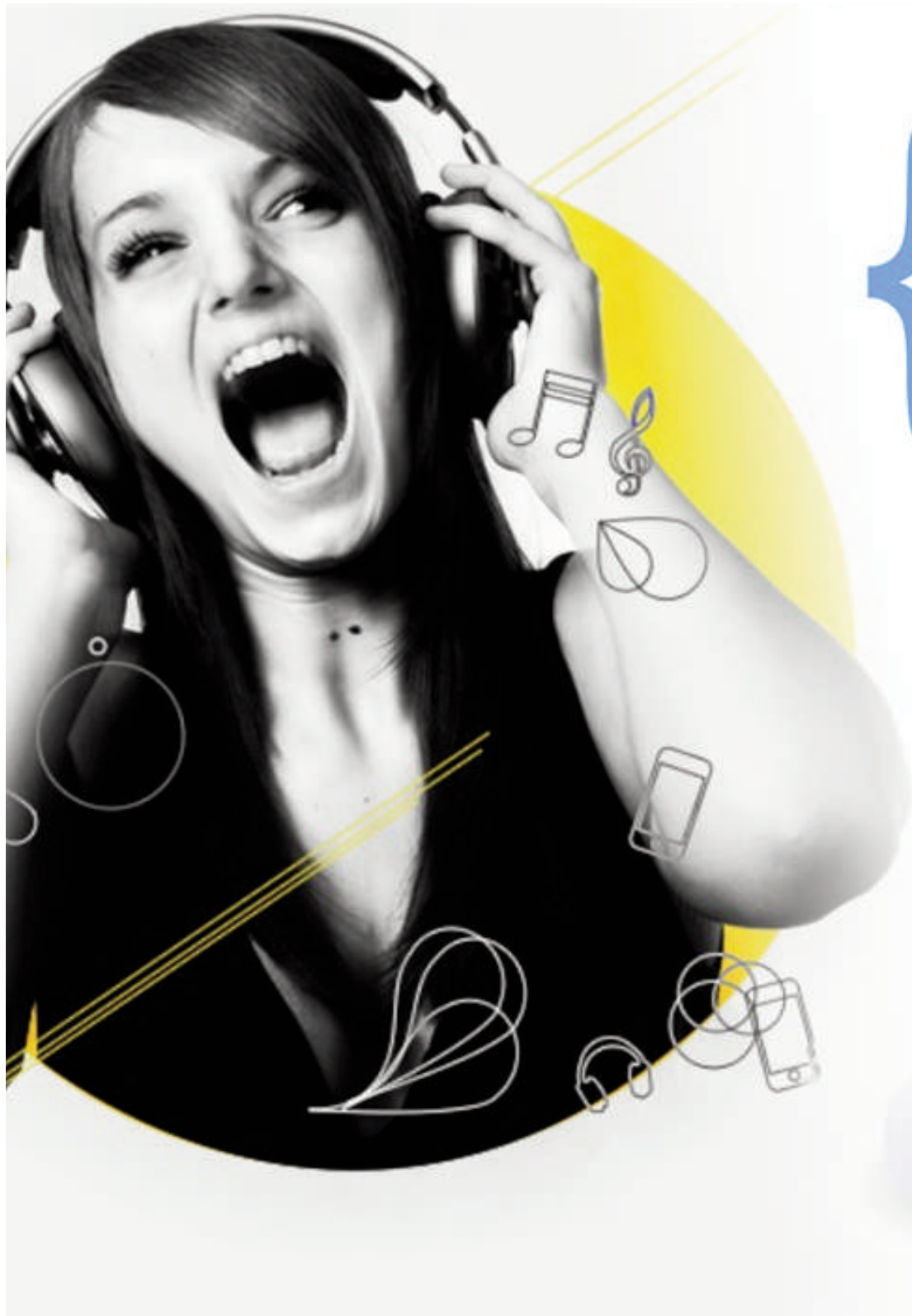


mento de testemunhas, inclusive de uma eleitora do município que alega que teve o voto comprado por dois sacos de cimento e mais R\$ 200.

O trecho da sentença traz a seguinte informação: "é eleitora há 8 ou 10 anos; que não trabalhou para Dona Thicyane; que um dia antes da eleição, a mesma esteve em sua casa, e como estava precisando muito, fez um pediu a mesma de 2 sacos de cimento e 200 reais, para ajudar no aluguel; que no mesmo recebeu os 200 reais, para ajudar no aluguel; que no mesmo momento recebeu os 200 reais e os sacos de cimento pegou no depósito junto à lotérica; que recebeu um papelzinho e só fez entregar ao dono do depósito;

que a Dona Thicyane pediu para que sua pessoa e seu esposo votassem nela no dia da eleição; que tem conhecimento, por ouvir dizer, que Dona Thicyane ajudou a muita gente na rua que a testemunha reside, tanto com dinheiro como com cimento; que tinha gente também que precisava de tijolos e a mesma fornecia; que votou nada de ninguém, porque não estava precisando...".

Segundo o magistrado, foi comprovada a prática de abuso de poder político/econômico e captação indevida de sufrágio (corrupção eleitoral) pela impugnada, tem-se como violada a lisura e a igualdade de oportunidade na disputa eleitoral.



PROGRAMA
Ildo Rafael
 O SHOW DA MANHÃ



09:00h às 11:00h
 SEGUNDA A SEXTA-FEIRA



82 3021-7760
www.radiofarolfm.net

MARECHAL DEODORO

Ex-prefeito é conhecido pelas falcatruas contra o dinheiro público

TCE encontra "erros" em prestação de contas de Cristiano Matheus

O Fórum Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral (FNCCE) provou, mais uma vez, que o ex-prefeito de Marechal Deodoro, Cristiano Matheus, continuou e continua desafiando as autoridades de controle e fiscalização social. O político tenta colocar debaixo do tapete toda sujeirada de sua administração como gestor.

Em sessão realizada na terça-feira, 7, o Plenário do Tribunal de Contas de Alagoas (TCE-AL), aprovou o parecer prévio, de autoria do conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, recomendando à Câmara Municipal de Marechal Deodoro, que o julgamento das contas do ex-prefeito, referentes ao exercício financeiro de 2010, seja considerada irregular pela documentação apresentada.

Entre as irregularidades constatadas estão: gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino no montante de R\$12.086.457,08, equivalente a 22,91% da receita proveniente de impostos com-

preendida e as transferências, em descumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal; a inexistência de sistema de controle interno no âmbito do Poder Executivo municipal, em desacordo com disposto no art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e a divergência no valor entre a variação positiva do saldo patrimonial financeiro e o resultado da execução orçamentária, após deduzidos o valor referente ao cancelamento de restos a pagar, em desacordo com as normas de direito financeiro estabelecidas na Lei 4.320/1964.

Segundo o conselheiro Rodrigo Cavalcante, com os autos, oriundos da Auditoria, foi possível deferir a Decisão Simples 18/2017-GABCRSC, determinando a notificação/citação do ex-prefeito Cristiano Matheus para que apresentasse a documentação relativa às irregularidades constatadas. Porém, durante o prazo estabelecido, o ex-gestor não apresentou documentos em sua defesa.

Bloqueio

O rombo deixado pelo ex-prefeito Cristiano Matheus no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de Marechal Deodoro, no valor de R\$ 17,5 milhões, deve ser ressarcido aos cofres públicos. Em dezembro do ano passado, a juíza Juliana Batistel Guimarães Alencar expediu ordem para que os bens do ex-gestor fiquem indisponíveis até o valor que foi desviado da contribuição dos servidores.

Na mesma ação, também responde de forma solidária a ex-gestora do RPPS, Gisela Maria Torres Tenório Cavalcante. À época, por estar no comando da autarquia, ela teria agido para colaborar com os atos de improbidade.

Além de determinar o bloqueio dos

bens, há pedido para a quebra de sigilo bancário de Matheus entre anos de 2014 e 2105, bem como a quebra do sigilo fiscal no mesmo período.

De acordo com apuração e a abertura do processo, em 2010, quando foi concluído o relatório da Ação Civil Pública por Improbidade, à época elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF/AL), foi detectada uma rede de desvios em diversas áreas, a exemplo do Regime Próprio de Previdência Social.

Nesse mesmo período, surgiram irregularidade envolvendo o uso de recursos públicos para a compra de merenda escolar, por meio do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).



RIO LARGO

A medida foi tomada após análise da representação protocolada pela ANP

MPC denuncia Gilberto Gonçalves por contratar escritório de advocacia

O Ministério Público de Contas de Alagoas emitiu parecer nesta segunda-feira, 6, pela admissibilidade da representação, determinando a apuração dos fatos e a intimação do gestor de Rio Largo, Gilberto Gonçalves (PP), para prestar os devidos esclarecimentos e, ainda, apresentar cópia integral do contrato do escritório de advocacia.

A medida foi tomada após análise da representação protocolada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em desfavor do Município de Rio Largo, que ajuizou ação de cobrança de royalties de petróleo, por meio do escritório de advocacia particular.

Segundo o órgão, todos os municípios devem ser representados em juízo por procuradores municipais. No caso

de Rio Largo, o Município conta com uma procuradoria jurídica estruturada, formada por oito servidores efetivos contratados por meio de concurso público, aos quais cabem a realização dos serviços jurídicos em sua integralidade, desde as atividades administrativas como a de consultoria, até o ajuizamento de demandas e a defesa da municipalidade em esfera judicial.

Para o procurador de Contas Pedro Barbosa Neto, são fortes os indícios de impropriedade na contratação de escritório particular para fazer frente as necessidades jurídicas da municipalidade, o que revela, ainda, potencial dano ao erário, diante da realização de despesa antieconômica e desnecessária, lesando o patrimônio público municipal.

De acordo com a ANP, não existem elementos que evidenciem a legitimidade do pedido feito por meio da ação judicial, o que teria efeitos sobre a licitude da contratação do escritório de advocacia, por possível ofensa à Lei de Licitações.

Além do mais, nos autos do processo judicial, não há evidências de que o escritório de advocacia tenha sido contratado por meio de licitação nos moldes da Lei n.º 8.666/93.

Após as medidas de instrução e o trâmite regular do processual no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL), os autos deverão retornar ao Ministério Público de Contas para manifestação sobre o mérito da demanda.



Isaac é aluno da LBV

Seja um elo
nessa corrente de
Solidariedade

Faça uma doação e
transforme o futuro de
milhares de pessoas:
LBV.org/DigaSim



DEU NO UOL!

Dívidas da Organização Arnon de Mello ganharam destaque nacional

Collor tenta pagar dívida de R\$ 284 milhões para escapar da falência

Famoso por suas mansões, obras de arte e carros de luxo, o ex-presidente e senador por Alagoas Fernando Collor de Mello (Pros) também é o principal acionista das empresas da família Collor. Citadas em denúncia da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, como meio de lavagem de propina do senador, elas hoje acumulam uma dívida de R\$ 284 milhões com a União.

Mais de 95% desse valor é devido por duas firmas do grupo: a TV Gazeta de Alagoas e o jornal Gazeta de Alagoas, ambos citados na ação penal contra Collor. A OAM (Organização Arnon de Mello), que leva o nome do pai do senador, reúne um grupo de dez empresas que usam o nome Gazeta — e que conta com TV afiliada à Rede Globo, emissoras de rádio, jornal e portais de notícias.

Conforme explica matéria divulgada no UOL, reportagem do jornalista Carlos Madeiro, a maior dívida se refere a débitos não previdenciários, que somam R\$ 147 milhões em dívidas de Imposto de Renda, PIS, Cofins e multas, entre outras. Além disso, as empresas enfrentam problemas por deixar de cumprir parcelamentos estabelecidos em acordos.

Além disso, elas são acusadas por ex-funcionários de não pagar direitos trabalhistas e respondem a 173 ações na Justiça do Trabalho. "São muitos inquéritos e ações na Justiça. É uma empresa que tem um passivo grande aqui", diz o procurador-geral do Trabalho em Alagoas, Rafael Gazzaneo, citando que o mais recorrente problema é o histórico não recolhimento de FGTS dos trabalhadores.



Temos penhora de bens já autorizada nos autos, que estão em via de serem pracedados [colocado para leilão] para pagar dívidas. É inevitável que, pelo passivo das empresas, algum bem vá à venda para pagar os débitos

PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO EM ALAGOAS, RAFAEL GAZZANEO



Desde 2001, o MPT (Ministério Público do Trabalho) contabilizou 103 procedimentos abertos envolvendo as empresas dos Collor — desses, 26 envolviam pagamento de FGTS e contribuições previdenciárias. Hoje, há nove inquéritos trabalhistas abertos contra a empresa.



No último dia 25, Dodge pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que Fernando Collor seja condenado a 22 anos de prisão e à perda de mandato de senador, além do pagamento de multa e indenização num total de R\$ 59,9 milhões. As investigações fazem parte da

Operação Lava Jato.

Esses veículos, segundo denúncia da PGR contra Collor e mais duas pessoas, foram usados para lavar dinheiro de propina desviada da Petrobras, que serviu para aquisição de artigos de luxo para Collor, como carros, obras de arte e uma

casa de campo. Apesar de não atuar diretamente na administração do grupo, o senador influencia a linha editorial e a gestão dos veículos. O filho dele, Fernando James, foi nomeado diretor da área comercial de algumas empresas da OAM.

LADRAO

Situação da empresa se agravou a partir de 2015

Senador dá calote em jornalistas "sumindo" com FGTS



Procurador-geral do Trabalho em Alagoas, Rafael Gazzaneo

Collor está de licença do mandato de senador por três meses, em um acordo feito durante a campanha para governador de Alagoas, em 2018, que previa o afastamento para que a suplente Renilde Bulhões (Pros) assumisse o cargo por 90 dias. Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, Izaías Barbosa, além do histórico de não recolhimento de FGTS, a situação da empresa se agravou a partir de 2015, um ano após o início a Operação Lava Jato.

"No dia 1º de maio, completou quatro anos que a empresa deixou de pagar hora extra aos funcionários.

TRAGÉDIA

Sidrack Nascimento chegou a fazer testes para provar que não atirou em empresária

Promotor de Justiça é suspeito de matar a esposa com tiro na cabeça

A esposa do promotor de Justiça Sidrack Nascimento cometeu suicídio ou o caso trata-se de homicídio? Segundo a Polícia Civil, apenas o laudo da Perícia Oficial poderá confirmar a tese de suicídio da empresária Martha Nascimento. Ela foi encontrada morta na quarta-feira, 8, em sua residência onde morava no Condomínio Alameda do Horto, no Jardim Petrópolis.

De acordo com o promotor de Justiça, a mulher deu um tiro na cabeça na sua frente. Uma foto que vazou pelas redes sociais mostra a empresária morta com a arma próxima de sua mão. A primeira versão é que Martha cometeu o suicídio diante de um quadro depressivo.

No entanto, pessoas próximas de Martha acreditam que ela tenha sido assassinada. No dia da morte, a Polícia e

Entramos com ação na Justiça e ganhamos. Está em fase de cálculos, mas a empresa não cumpriu a entrega dos documentos pedidos", afirma. Por conta das dívidas, a OAM teve diversos bens penhorados, como o prédio onde funcionava a gráfica da empresa, que deve ir a leilão. O edifício fica no principal corredor viário de Maceió, a avenida Durval de Góes Monteiro.

Collor e a família também são donos de um prédio de 13 andares ao lado da OAM. O imóvel está alugado e serve de sede ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Alagoas. O con-

trato, assinado em 2014, termina neste ano, e prevê o pagamento de R\$ 117 mil por mês.

"Temos penhora de bens já autorizada nos autos, que estão em via de serem pracedados [colocado para leilão] para pagar dívidas. É inevitável que, pelo passivo das empresas, algum bem vá à venda para pagar os débitos", diz o procurador. Outro problema que veio na esteira da Lava Jato foram as demissões em massa, que se aceleraram no final de 2018. As atividades diárias do jornal Gazeta de Alagoas, o mais antigo do estado, foram encerradas.

a Perícia Oficial realizaram todos os procedimentos no local. Sidrack Nascimento chegou a fazer testes para provar que não atirou na esposa.

O Instituto Médico Legal (IML) informou à imprensa que não está autorizado a repassar informações do caso. Até a guarnição do 4º Batalhão, que atendeu a ocorrência, teria sido isolada para não comentar sobre a morte da empresária.

A Secretaria de Segurança Pública informou que acompanha os trabalhos das instituições responsáveis pela apuração.

O CASO

A esposa do promotor de Justiça Sidrack Nascimento, Martha Nascimento, foi encontrada morta no

final da tarde desta quarta-feira, 8, no Condomínio Alameda do Horto, em Maceió. As informações iniciais são de que ela cometeu suicídio.

De acordo com policiais do 4º Batalhão da Polícia Militar, que atenderam a ocorrência, ela teria utilizado a arma do promotor para se matar. Sidrack teria deixado o condomínio desesperado sem falar com a Polícia.

Informações extraoficiais dão conta de que o casal estaria em crise e que na terça-feira, 7, ela teria ido até o Ministério Público Estadual à procura do marido. Ela chegou armada no local e foi contida pelos seguranças. O promotor saiu pelos fundos do prédio e se abrigou na sede do Gaeco.

Martha Nascimento era filha do promotor aposentado Arlindo Almeida e irmã do promotor Fernando Almeida.

ESQUEMA

Denúncia é da PGR; senador usa TV Gazeta para bancar luxos

Empresas da Família Collor são usadas como lavagem de dinheiro

Denúncia da Procuradoria-Geral da República afirma que as empresas da OAM foram usadas para lavar dinheiro desviado da Petrobras para que Collor adquirisse veículos e casa de luxo e até obras de arte.

Entre 2010 e 2014, Collor teria montado uma "organização criminosa" nas diretorias da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, e teria recebido R\$ 50 milhões em propina. Boa parte desse dinheiro foi lavado nas empresas integrantes da OAM, conforme aponta a denúncia.

As investigações mostraram que, entre 2011 e 2014, 67 depósitos foram feitos em espécie em um valor total de R\$ 4,2 milhões nas contas da empresa Gazeta de Alagoas. No mesmo período, em outras 122 vezes, R\$ 8,8 milhões foram depositados nas contas da TV Gazeta de Alagoas.

A PGR sustenta que Collor usou parte desse valor para comprar carros de luxo. Diz a denúncia que o senador usou dinheiro repassado à TV Gazeta para aquisição de "veículo da marca Ferrari, modelo 458, pelo montante de R\$ 1.450.000,00".



EX-PRESIDENTE PRESO

No ano passado, emedebista pediu ajuda a Maurício Quintella para escapar da cadeia

Justiça Federal determina o bloqueio de R\$ 32,6 milhões de Michel Temer

O juiz Marcus Vinicius Reis, da 12ª Vara Federal de Brasília, determinou o sequestro de R\$ 32,6 milhões de bens e valores do ex-presidente Michel Temer, do coronel João Baptista Lima Filho e de seu sócio, Carlos Alberto Costa, no âmbito do chamado inquérito dos portos. O pedido de bloqueio foi feito em abril pela força-tarefa da Operação Greenfield, mas a informação permaneceu em sigilo até esta quarta-feira.

As empresas Argeplan, Elliand do Brasil e PDA também tiveram recursos bloqueados. Buscas nos CPFs e nos CNPJs dos envolvidos resultaram na indisponibilidade de imóveis, 15 veículos e aproximadamente R\$ 514 mil em dinheiro, informou o Ministério Público Federal (MPF).

De acordo com os procuradores da Greenfield, a medida foi necessária porque as empresas envolvidas na lavagem de dinheiro seguem funcionando normalmente, conforme apontaram as investigações. "A manutenção do patrimônio adquirido com o proveito do ilícito nas mãos dos infratores representa grave perigo de dilapidação enquanto tramita o processo judicial", escreveram, no pedido.

O bloqueio dos bens é uma medida para garantir a recuperação dos desvios e assegurar pagamentos de multas, por exemplo, por parte dos réus, que respondem pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Neste processo, Temer e outras cinco pessoas são acusadas de fraude no decreto dos portos, assinado em 2017 para supostamente beneficiar empresas do setor portuário, em troca de propina.

O ex-presidente se apresentou à Polícia Federal nesta quinta-feira. A força-tarefa afirmou que a prisão é "fundamental para resguardar a integridade das investigações e da instrução criminal, bem como as ordens econômica e pública".



VALE LEMBRAR

O presidente Michel Temer chegou a solicitar à Polícia Federal (PF) que tomasse o depoimento do seu ex-ministro dos Transportes, o alagoano Maurício Quintella para esclarecer sus-

peitas de irregularidades envolvendo um decreto que mudou regras do setor portuário.

"O sr. Maurício Quintella Malta Lessa era, à época dos fatos aqui inves-

tigados, ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil e detém conhecimento suficiente e informações importantes para rechaçar, de uma vez por todas, qualquer pecha de ilicitude que

ainda recaia sobre a edição do decreto 9.048/17", disse a petição do presidente, assinada pelos advogados Brian Alves Prado e Frederico Donati Barbosa.

CONCHAVO



Renan Calheiros critica decisão de Bolsonaro de recriar ministérios

Segundo o alagoano, presidente quer criar cabides de emprego em troca de apoio

O senador Renan Calheiros criticou nesta quarta-feira, 8, o presidente Jair Bolsonaro pelos cortes no orçamento do Ministério da Educação, ao mesmo tempo em que admite recriar dois ministérios em troca de apoio político.

"Com apenas 127 dias no poder, a 'nova' política imita a 'velha', e já se mostra balzaquiana. Enquanto extermina o futuro cortando verbas da educação, cria dois novos ministérios. #sosuniversidadespublicas #EuDefendoaEducação", escreveu Renan pelo Twitter.

Bolsonaro cedeu à pressão de parlamentares e aceitou recriar os ministérios das Cidades e Integração Nacional, a partir do desmembramento do atual Ministério do Desenvolvimento Regional.

A decisão foi tomada na terça-feira, em reunião do presidente com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), relator da medida provisória da reforma administrativa e que contemplará as mudanças.

"Essa é a grande novidade do relatório", disse Bezerra Coelho, em entrevista que deu após se reunir com o

ministro da Economia, Paulo Guedes.

O senador afirmou que isso não significa que haverá mais um ministério na Esplanada —passariam a ser 23— porque, se for aprovado o projeto que garante autonomia ao Banco Central, o BC perderá status de ministério e, assim, permaneceriam os atuais 22 ministérios.

O relator disse ter comunicado na reunião a Guedes que o registro sindical será transferido do Ministério da Justiça para o Ministério da Economia. O titular da Economia queria que essa atribuição ficasse na pasta da Justiça.

Outro ponto que o Bezerra destacou, em seu parecer, é que também vai manter o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Justiça, conforme adiantado na véspera. Ele disse, contudo, que esse ponto pode ser aprovado por um placar apertado na comissão, uma vez que há parlamentares que defendem que o Coaf fique no Ministério da Economia.

Mas na avaliação de um integrante da comissão que acompanha as negociações, a manutenção do Coaf na Justiça pode ser derrotada durante a votação.



Sua ajuda
põe o prato
na mesa

Colabore com a LBV e alimente centenas de idosos.

Acesse: www.lbv.org

